

PLANO DECENAL INDICATIVO DE DESENVOLVIMENTO E INVESTIMENTO NA RNTIAT PARA O PERÍODO 2014-2023 PDIRGN 2013

Comentários da CIP no âmbito da Consulta Pública

A ERSE colocou em Consulta Pública o Plano Decenal Indicativo de Desenvolvimento e Investimento na RNTIAT para o período 2014-2023 no qual estão previstos vários investimentos de valor global superior a 500 M€, designadamente a previsão da terceira ligação a Espanha (gasoduto Mangualde/Zamora) e a construção de várias cavernas para armazenagem de gás natural no Carriço.

Esta proposta de Plano contempla:

- A terceira interligação com Espanha, incluindo o gasoduto Carriço/Cantanhede e a duplicação do troço Cantanhede/Mangualde, no valor aproximado de 240 M€.
- Duas estações de compressão (Aveiras e 3.^a ligação) no valor aproximado de 55 M€.
- A execução de 6 cavernas para armazenagem de gás natural, no Carriço, no valor global aproximado de 250 M€.
- O gasoduto Mangualde/Guarda no valor aproximado de 40 M€ (em execução).

Este conjunto de investimentos estará baseado em:

- Pressupostos de crescimento de consumo de 3%-5% ao ano, contemplando o descomissionamento das duas centrais termoelétricas a carvão existentes em Portugal que se prevê serem substituídas, deixando como recurso único o “backup” convencional por centrais de ciclo combinado a gás natural.
- Avaliação de que a melhor solução para o cumprimento da regra N-1 relativa à segurança do abastecimento ao País passa por uma 3.^a ligação com Espanha desde as cavernas de armazenagem do Carriço até à

fronteira com Espanha e subsequente ligação à rede espanhola em Zamora.

- Avaliação de que a melhor solução para uma maior integração dos mercados passa por um novo gasoduto de interligação a Espanha que, do lado espanhol, esteja ligado às zonas de maior consumo, ou seja, a zona de Madrid.

Avaliação preliminar

1. Em primeiro lugar, os documentos facultados pela ERSE são omissos quanto ao impacto desta proposta de Plano nas tarifas de acesso às redes, em dois planos:

- Diretamente, na tarifa de uso da rede de transporte, onde o maior impacto será na rede de Alta Pressão;
- Indiretamente, na medida em que esta proposta faz referência a criação de mais 26 polos de consumo em zonas de pequena densidade populacional com incidência certamente importante na tarifa de uso da rede de distribuição em Baixa Pressão, pelos muito elevados custos unitários que certamente acarretará.

Muito provavelmente, estes novos pontos não necessitarão das infraestruturas referidas no PDIRGN 2013 em apreciação; no entanto um incremento adicional nas tarifas de acesso às redes de distribuição é uma grande preocupação face aos níveis elevados já atingidos por esta tarifa.

Num período em que se assiste à estagnação, ou mesmo queda do consumo de gás natural, não são à partida aceitáveis decisões que provoquem acréscimos na parcela regulada do preço do gás natural para a indústria.

A CIP tem as maiores dúvidas de que, em 2017 e 2021, sejam descomissionadas as duas centrais termoelétricas a carvão e espera que os responsáveis nacionais pela política energética não cometam a imprudência de basear o “backup” de produção fóssil de eletricidade apenas num combustível.

2. Em segundo lugar, e sob reserva de que a CIP possa não ter todas as informações relevantes, acredita-se que, para o cumprimento do critério N-1, em simultâneo com a necessidade declarada de uma melhor integração dos

mercados ibéricos, a solução aparentemente melhor será o gasoduto Mangualde/Zamora.

No entanto, a CIP considera que os riscos poderão, eventualmente, existir, os critérios comunitários de segurança de abastecimento poderão ser obrigatórios, e a integração dos mercados pode ser um objetivo de curto prazo, mas não se vê que existam benefícios suficientes que justifiquem, nos próximos anos (3 a 5 anos), qualquer pressão, por este motivo, sobre o valor da tarifa de acesso às redes. E muito em especial se, como tudo indica, as duas Centrais de Sines e do Pêgo, continuarem a funcionar para além de 2021, em consonância com decisões de sentido análogo tomadas por outros países europeus.

3. Em terceiro lugar, a CIP tem como certo que a integração dos mercados só será uma realidade com a abolição do “pancaking” e com a instalação de uma nova ligação Espanha/França da rede europeia de gás natural, na Catalunha e servindo diretamente a região de Barcelona. Só desta forma se potenciará uma dimensão europeia aos terminais gasistas já existentes na Península Ibérica e se porá Portugal num verdadeiro mercado europeu de gás natural.

Estas condições não estão cumpridas do ponto de vista da integração dos mercados e entendemos que são prévias a uma “luz verde” para estes investimentos.

4. Em quarto lugar, entendemos que um projeto de interesse comunitário deve ter participação significativa dos fundos comunitários, prioritária, para suprimir a realidade que é a “ilha Ibérica” e que será exigível que o promotor das obras disponha de financiamentos em condições que se compaginem com obras de serviço público e de relevância para toda a Europa. Ou seja, uma parte significativa destas verbas deve vir diretamente das verbas comuns destinadas às redes transeuropeias, ficando, portanto, fora das verbas concedidas através do apoio às redes portuguesas de gás natural. Neste ponto, é fundamental o empenhamento dos Estados Português e Espanhol junto das várias estâncias europeias para além dos esforços desenvolvidos pelos promotores das candidaturas à participação comunitária (os operadores da rede de transporte portuguesa e espanhola).

Em conclusão, a CIP, na falta de elementos que permitam uma pronúncia mais detalhada, observa o seguinte:

- Qualquer autorização para a realização, mesmo que parcial, do gasoduto Mangualde/Zamora, deve ser precedida da certeza de que, quer as obras a cargo de Espanha, quer os trabalhos da nova ligação Espanha/França estão decididos e adjudicados; e considera mesmo que este princípio de condicionalidade absoluta é o único compatível com as prioridades já definidas para as redes transeuropeias, pelas instâncias comunitárias;
- Que esta decisão da ligação Mangualde / Zamora esteja dependente de uma eventual substituição das Centrais de Sines e do Pêgo por novas Centrais a Gás Natural;
- A construção das cavernas previstas para o Carriço tenha um ritmo compatível com as necessidades estratégias de armazenagem;
- A incidência dos custos deste plano (designadamente da 3.^a ligação a Espanha) nos custos para os consumidores seja reduzida, quer dos financiamentos comunitários diretos, quer do efeito das eventuais bonificações dos juros dos financiamentos;
- A concretização faseada de todos os investimentos deverá ser alvo de avaliações custo/benefício, ou de reavaliações face a novos dados; nos investimentos necessários para o cumprimento de imposições de segurança, deverá mesmo assim verificar-se se é possível a sua recalendarização em função dos benefícios e custos para o SNGN.